

**HABEAS CORPUS Nº 508.005 - MG (2019/0125247-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : SIRANO CRISTIAN DE MATOS DUARTE E OUTRO  
**ADVOGADOS** : SIRANO CRISTIAN DE MATOS DUARTE - MG163892  
ANA CAROLINA MACHADO DA COSTA - MG165459  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MARCELO EVANGELISTA SILVA DIAS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCELO EVANGELISTA SILVA DIAS, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fl. 63):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO PREVENTIVA – DECISÃO FUNDAMENTADA – NECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVANTES IN CASU – SUBSTITUIÇÃO DA PREVENTIVA POR OUTRA MEDIDA CAUTELAR – IMPOSSIBILIDADE – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO – ORDEM DENEGADA.

1. Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes.
2. Supostas condições favoráveis, ainda que comprovadas, não impedem a prisão cautelar quando sua necessidade restar evidenciada por outros elementos. Precedentes do STF e STJ.
3. Ordem denegada.

O paciente foi denunciado pela prática do delito tipificado no artigo 33, c/c artigo 40, III, ambos da Lei 11.343/2006.

O impetrante requer a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de ausência de fundamentação para manutenção da segregação cautelar, ou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do CPP.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo não conhecimento do *writ* ou, caso conhecido, pela denegação da ordem.

Na origem, processo n. 0023551-56.2019.8.13.0470, foi designada audiência de instrução de julgamento para o dia 11/6/2019, conforme

informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 27/5/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional restou assim fundamentado (fl. 123):

[...].No caso, da análise dos documentos acostados aos autos, observo que o acautelado MARCELO EVANGELISTA SILVA DIAS foi preso em flagrante delito no dia 11/06/2016, suspeito da prática do crime previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06, com previsão de pena de reclusão em patamar máximo superior a quatro anos.

Há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, consubstanciados no Auto de Prisão em Flagrante, notadamente nas declarações prestadas pelo condutor e demais testemunhas.

Dessa forma, **as circunstâncias existentes no Auto de Prisão em Flagrante caracterizam os elementos previstos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal**, fazendo-se necessária a conversão da prisão em flagrante em preventiva para garantia da ordem pública, eis que o acautelado em liberdade poderia continuar o crime ora em análise.[...].

A decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 59/62):

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de concessão de liberdade provisória, formulado em favor de Marcelo Evangelista Silva Dias, no qual alegou, em apertada síntese, a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Instado a se manifestar, pugnou o Ministério Público pelo indeferimento do pleito.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

O pedido de concessão de liberdade provisória, conquanto fundamentado, não merece respaldo, sobretudo porque presentes os pressupostos e fundamentos da prisão preventiva, conforme constou na decisão que decretou a prisão preventiva do requerente, cujos argumentos também utilizo como razão de decidir.

Aliás, não houve nenhuma alteração na situação fático-jurídica, ou ocorrência de novo fato, a justificar a revogação da decisão que determinou a segregação cautelar do inculpado.

In casu, no que tange à materialidade e aos indícios de autoria, tenho que esses pressupostos restaram suficientemente demonstrados. Vale ressaltar que para a decretação da prisão preventiva, não se exige prova incontroversa da autoria delitiva. mas apenas indícios suficientes, os quais encontram-se presentes no caso em apreço.

No tocante aos fundamentos, a prisão preventiva do acusado mostra-se plausível e necessária para garantia da ordem pública.

Além do mais, urge aclarar que a criminalidade nesta Comarca encontra-se em vertiginosa crescente, assim nesta ordem de idéias, a medida cautelar pleiteada visa a garantia da ordem pública, obstaculizando a reiteração delitiva por parte do acautelado.

Quanto à decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, o Professor Eugênio Pacelli de Oliveira ensina que:

[...]

Ressalta-se que a prisão do acautelado para a garantia da ordem pública baseia-se nas circunstâncias do crime, evidenciada através da gravidade in concreto e na repercussão social gerada pelo mesmo, visto que o delito em comento é estopim pra diversos outros crimes, o que causa grande senso de insegurança e impunidade por parte de toda a população.

**Insta ainda salientar que os policiais militares ouvidos informaram que durante a abordagem, Marcelo informou que vendia drogas há aproximadamente 04 (quatro) meses.**

Merecem portanto credibilidade as declarações dos militares que procederam à prisão em flagrante do acautelado, uma vez que se mostraram impessoais, aliadas ainda à idoneidade da função de munus público exercida.

A medida visa assegurar ainda, a aplicação da lei penal, garantindo que o requerente não se furte ao distrito de culpa, bem como não continue delinquindo.

No que tange à existência de condições pessoais favoráveis ao acautelado, tais como primariedade e residência fixa, ressalto que essas condições devem ser analisadas conjuntamente às peculiaridades do caso concreto, já que por si só não possuem o condão de revogar a prisão preventiva.

Logo, estou convicto de que, ao menos nesse momento, em face da necessidade de se evitar a reiteração delitiva, da potencialidade lesiva da conduta perpetrada, da repercussão social e da natureza gravíssima dos fatos, é importante sacrificar o direito individual de Marcelo Evangelista Silva Dias em favor da garantia da ordem pública, da conveniência criminal e da garantia da aplicação da lei.

Entre o interesse individual e o interesse público, nó meu modesto entendimento, deverá prevalecer o interesse público, prevenindo-se a reprodução de outros delitos. Sobre o tema, ensina Eugênio Pacelli de Oliveira:

[...]

Nesse sentido, entendo que as demais medidas cautelares, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, neste momento, são insuficientes para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal.

Ex positis, presentes os pressupostos e fundamentos da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA formulado em favor de Marcelo Evangelista Silva Dias, devendo ele aguardar o desenrolar do processo no estabelecimento no qual se encontra acautelado.

Como se vê, o decreto prisional fez referência às circunstâncias existentes no auto de prisão em flagrante, no consta a apreensão de 202,83 gramas de maconha e de 60,3 gramas de cocaína (fls. 46/48), o que deve ser considerada motivação válida para a custódia, bem como consta da decisão que indeferiu o pedido de revogação da segregação cautelar fundamentação concreta, evidenciada na vivência delitiva do paciente, pois *vendia drogas há aproximadamente 04 (quatro) meses*, não se verificando manifesta ilegalidade.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator